

REVISEA

REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação Ambiental e currículo: quietude dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe diante da perspectiva socioambiental

Environmental Education and curriculum: the quietness of the teacher education courses at the Federal University of Sergipe in the face of the socio-environmental perspective

Educación Ambiental y Currículo: la tranquilidad de los cursos de licenciamiento de la Universidad Federal de Sergipe frente a la perspectiva socioambiental

Hanna Paranhos Braga Queiroz dos SANTOS¹

Larissa Euzébio MENDONÇA²

Mariana Reis FONSECA³

Submetido em: 10/02/2025

Aceito em: 24/02/2025

Publicado em: 17/05/2025

RESUMO

Diante dos desafios socioambientais da sociedade contemporânea, a Educação Ambiental (EA) se consolida como um campo de estudo fundamental para formar indivíduos críticos, conscientes e sustentáveis. Com isso, o objetivo deste trabalho foi analisar o contexto da formação inicial de futuros(as) professores(as) em relação à EA, através da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de

¹ Universidade Federal de Sergipe.

² Universidade Federal de Sergipe.

³ Universidade Federal de Sergipe.



licenciaturas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Dessa forma, a coleta de dados foi realizada a partir da análise de documentos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e dos PPCs, baseando-se nos referenciais da EA Crítica e dos estudos do currículo. Os resultados mostram que a maioria dos cursos não integra a EA de forma abrangente, muito menos inclui Componentes Curriculares (CCs) sob essa perspectiva. Além disso, a EA é restrita a áreas como Ciências Biológicas, Química e Geografia, que possuem mais CCs voltados a esse processo formativo. Com isso, torna-se fundamental revisar e renovar os PPCs, para que estejam alinhados às realidades e complexidades socioambientais.

Palavras-chave: Currículo; Educação Ambiental; Licenciatura.

ABSTRACT

In view of the socio-environmental challenges of contemporary society, Environmental Education (EE) has established itself as a fundamental field of study to educate critical, conscious and sustainable individuals. Thus, the objective of this study was to analyze the context of the initial training of future teachers in relation to EE, through the analysis of the Pedagogical Course Projects (PPCs) of undergraduate courses at the Federal University of Sergipe (UFS). Thus, data collection was carried out based on the analysis of documents from the Integrated Academic Activities Management System (SIGAA) and the PPCs, based on the references of Critical EE and Curriculum studies. The results show that most courses do not integrate EE comprehensively, much less include Curricular Components (CCs) from this perspective. In addition, EE is restricted to areas such as Biological Sciences, Chemistry and Geography, which have more CCs focused on this formative process. Therefore, it is essential to review and renew the PPCs, so that they are aligned with socio-environmental realities and complexities.

Keywords: Curriculum; Environmental Education; Degree.

RESUMEN

Frente a los desafíos socioambientales de la sociedad contemporánea, la Educación Ambiental (EA) se está consolidando como un campo de estudio fundamental para formar individuos críticos, conscientes y sustentables. Por tanto, el objetivo de este trabajo fue analizar el contexto de la formación inicial de los futuros profesores en relación a la EA, a través del análisis de los Proyectos de Curso Pedagógico (PPC) de los cursos de graduación de la Universidad Federal de Sergipe (UFS). Así, la recolección de datos se realizó con base en el análisis de documentos del Sistema Integrado de Gestión de Actividades Académicas (SIGAA) y de los PPC, con base en los referenciales de los estudios de EA Crítica y Currículo. Los resultados muestran que la mayoría de los cursos no integran los EA de manera integral, y mucho menos incluyen Componentes Curriculares (CC) desde esta perspectiva. Además, la EA se restringe a áreas como Ciencias Biológicas, Química y Geografía,



que tienen más CC enfocados en este proceso formativo. Por ello, se hace imprescindible revisar y renovar los PPC, para que estén alineados con las realidades y complejidades socioambientales.

Palabras clave: Currículo; Educación Ambiental; Licenciatura.

1 INTRODUÇÃO

Diante das problemáticas socioambientais que persistem na sociedade atual, a Educação Ambiental (EA) se consolida cada vez mais como um campo de estudo e de prática essencial, promovendo a formação de indivíduos mais sustentáveis, conscientes e críticos frente aos desafios contemporâneos. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), todos os cidadãos possuem o direito de viver em um ambiente ecologicamente equilibrado e de ter acesso à EA. Esse campo de estudo e de prática deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, de maneira formal e não formal, sendo fundamental a presença da dimensão socioambiental no ensino superior, principalmente nos cursos de licenciatura, visto que constituem a formação inicial dos(as) educadores(as).

No entanto, é perceptível o abismo entre o que é desenvolvido nas instituições de ensino básico e superior em relação ao campo da EA e o que os documentos oficiais do país e os documentos que regem o ensino formal evidenciam. Assim, a EA, que deveria ser emancipatória e transformadora, quando abordada, cai na passividade, na desistorização, na reprodução de conceitos e na apatia (Andrade; Figueiredo; Machado, 2022). Com isso, a perspectiva socioambiental perde o seu potencial de libertação do comportamento autodestrutivo humano e de ressignificação da relação homem-natureza, corroborando padrões que fomentam as desigualdades sociais e a degradação ambiental. Além das diferentes concepções de EA encontradas, essa perspectiva se depara com impasses em



relação à sua própria inserção nos currículos das Instituições de Ensino Superior (IES) (Ribeiro; Malvestio, 2021).

Dessa forma, a perspectiva socioambiental, como processo educativo, não deve se restringir aos impactos ambientais, mas deve também se comprometer com a promoção de uma sociedade sustentável, que adote visões e ações transformadoras diante do mundo (Modesto; Nepomuceno, 2023). Silva e Tauceda (2022) reforçam essa ideia ao destacarem que a universidade deve reconhecer seu papel, sua responsabilidade e seu compromisso com a sociedade na busca pela superação dos desafios contemporâneos em níveis locais, regionais e globais.

Nesse contexto, o presente artigo apresenta um recorte de uma pesquisa quantitativa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O objetivo deste trabalho foi analisar, por meio de uma pesquisa quantitativa e documental, a formação inicial de futuros(as) professores(as) em relação à EA, examinando os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e identificando a presença ou a ausência da perspectiva socioambiental nesses documentos.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa reside na importância de compreender como a formação inicial de professores(as) incorpora a EA em seus currículos, uma vez que educadores(as) desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade ambientalmente consciente e responsável, já que a EA “[...] busca auxiliar os indivíduos, fomentando transformações necessárias de atitudes, concepções e percepções [...]” (Lopes; Abílio, 2021, p. 53).

Ao analisar os PPCs, buscou-se identificar se e como a EA está presente na formação docente, além de verificar se há uma coerência entre os princípios preconizados pelos documentos oficiais que regem a prática formativa das universidades e o que é apresentado por esses projetos.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS



O presente artigo traz um recorte de uma pesquisa teórica quantitativa, cujo *locus* foi a UFS, em seus *campi* que oferecem cursos de licenciatura, sendo eles Itabaiana, Laranjeiras e São Cristóvão. Dessa forma, a priori, realizou-se o levantamento dos *campi* que ofertam cursos na modalidade de licenciatura presencial. Em seguida, deu-se início à busca dos cursos de licenciatura situados em cada *campus* e de seus respectivos PPCs, através do Sistema Integrado de Gestão de Dados Acadêmicos (Sigaa).

Para a produção de dados, foi utilizada a pesquisa documental, através da análise dos PPCs dos cursos, utilizando-se os termos de busca “ambiente”, “ambiental”, “socioambiental”, “sustentabilidade” e “meio ambiente”, para diagnosticar a presença/ausência de menções à EA, assim como a presença de componentes curriculares obrigatórios e/ou optativos sob o escopo dessa perspectiva.

Os dados produzidos foram analisados sob a égide de referenciais teóricos que englobam a EA Crítica e o currículo, os quais forneceram o embasamento necessário para contextualizar e problematizar o panorama da formação inicial de educadores(as) na perspectiva da EA.

3 O LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A Universidade Federal de Sergipe é constituída por seis *campi*: São Cristóvão, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e do Sertão, os quais, ao todo, ofertam 29 cursos de graduação na modalidade de licenciatura. Entretanto, somente os *campi* de São Cristóvão), Itabaiana e Laranjeiras ofertam licenciaturas na modalidade presencial.

Os cursos de Letras Português, Ciências Biológicas, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia e Química estão presentes em Itabaiana, contabilizando sete cursos. Os cursos de Educação Física, Letras Libras, Letras Inglês, Letras



Espanhol, Letras Português, Português-Inglês, Português-Espanhol e Português-Francês se encontram em São Cristóvão, assim como os cursos de Física, Geografia, Filosofia, História, Matemática, Música, Teatro, Pedagogia, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Química e Ciências da Religião, contabilizando vinte e um (21) cursos nesse campus. Desse modo, apenas o curso de Dança está situado em Laranjeiras.

Por meio da análise dos PPCs, verificou-se que, dos vinte e oito (28) cursos de licenciatura, apenas doze (12) citam os termos pesquisados, isto é, contemplam a perspectiva socioambiental no nome dos componentes curriculares ou nas suas ementas. São eles: Ciências Biológicas (Universidade Federal de Sergipe, 2014a), Geografia (Universidade Federal de Sergipe, 2009a), Pedagogia (Universidade Federal de Sergipe, 2008), Química (Universidade Federal de Sergipe, 2019a), Ciências sociais (Universidade Federal de Sergipe, 2000), Português-Inglês (Universidade Federal de Sergipe, 2007a) e Português-Francês (Universidade Federal de Sergipe, 2013a) em São Cristóvão; Pedagogia (Universidade Federal de Sergipe, 2021), Química (Universidade Federal de Sergipe, 2020a) e Geografia (Universidade Federal de Sergipe, 2011a) em Itabaiana; e Dança (Universidade Federal de Sergipe, 2014b) na cidade de Laranjeiras.

Esses resultados denunciam que dezesseis (16) cursos de licenciatura nem, ao menos, citam a EA em seus documentos, entrando em desacordo com o art. 19 da Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e evidenciam que:

Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar (Brasil, 2012, p. 7).



Esse artigo também explicita que os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem se articular com universidades e outras instituições formadoras de educadores(as), para garantir que haja o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão ambiental, tanto no âmbito escolar como no âmbito acadêmico (Brasil, 2012). Contudo, mais da metade dos cursos analisados seguem sem dar a devida importância para a perspectiva socioambiental em seus PPCs. Segundo Guiometti e Silva (2019), a EA surge como um processo fundamental para o desenvolvimento de uma identidade socioambiental, necessária à construção de um novo paradigma ecológico. Isso porque, através da EA, os indivíduos podem refletir sobre as contradições existentes, identificar as necessidades da sociedade contemporânea e provocar a transformação do meio em que se inserem.

Assim, torna-se fundamental problematizar o contexto social e abordá-lo através da EA nos PPCs, assim como se deve desenvolver práticas pedagógicas que insiram a dimensão socioambiental (Rosa; Carniatto; Cruz, 2021).

Os cursos de licenciatura em Física (Universidade Federal de Sergipe, 2017), Química (Universidade Federal de Sergipe, 2020a), Letras Libras (Universidade Federal de Sergipe, 2020b) e Teatro (Universidade Federal de Sergipe, 2020c) do *campus* de São Cristóvão, e de Física (Universidade Federal de Sergipe, 2020d), Pedagogia (Universidade Federal de Sergipe, 2021) e Ciências Biológicas (Universidade Federal de Sergipe, 2019b) do *campus* de Itabaiana citam a resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a EA, em seus PPCs e definem CCs que abordam a EA. Entretanto, de forma majoritária, os cursos de licenciatura pesquisados não citam a perspectiva socioambiental em seus currículos, muito menos elegem componentes curriculares sob esse escopo, como pode ser verificado nos dados constantes na Tabela 1.



Tabela 1 - Cursos que possuem componentes curriculares atrelados à perspectiva da EA

Campus	Cursos	Cidade
Cidade Universitária	Ciências Biológicas	São Cristóvão
Cidade Universitária	Geografia	São Cristóvão
Cidade Universitária	Pedagogia	São Cristóvão
Cidade Universitária	Química	São Cristóvão
Cidade Universitária	Ciências sociais	São Cristóvão
<i>Campus P. Alberto</i>		
Carvalho	Pedagogia	Itabaiana
<i>Campus P. Alberto</i>		
Carvalho	Química	Itabaiana
<i>Campus P. Alberto</i>		
Carvalho	Geografia	Itabaiana
<i>Campus de</i>		
Laranjeiras	Dança	Laranjeiras
Total	10	—

Fonte: Universidade Federal de Sergipe (2022).

Dessa forma, os cursos de Matemática (Universidade Federal de Sergipe, 2009b), Artes Visuais (Universidade Federal de Sergipe, 2011b), Ciências da Religião (Universidade Federal de Sergipe, 2011c), Filosofia (Universidade Federal de Sergipe, 2012a), Educação Física (Universidade Federal de Sergipe, 2011d), História (Universidade Federal de Sergipe, 2011e), Letras Português (Universidade Federal de Sergipe, 2012b), Música (Universidade Federal de Sergipe, 2010), Letras Inglês (Universidade Federal de Sergipe, 2013b), Letras Espanhol (Universidade Federal de Sergipe, 2013c), Português-Inglês (Universidade Federal de Sergipe, 2007a) e Português-Espanhol (Universidade Federal de Sergipe, 2007b), presentes em São Cristóvão, não contemplam a perspectiva da EA nos seus PPCs, como também os cursos de Letras Português (Universidade Federal de Sergipe, 2012b) e Matemática (Universidade Federal de Sergipe, 2022) em Itabaiana.



Segundo Antunes, Noronha e Garces (2019), o currículo precisa ser dinâmico e se renovar diante dos desafios socioambientais; por isso, as suas revisões devem ser feitas de forma recorrente, já que são fundamentais para que ele não se torne obsoleto. Logo, cabe aos cursos da UFS a atualização dos PPCs perante as demandas da sociedade, principalmente os de licenciatura, que são formadores de futuros(as) educadores(as).

Além disso, de acordo com a análise dos PPCs, é perceptível que a EA permaneceu restrita às graduações de Ciências Biológicas, Química (São Cristóvão e Itabaiana) e Geografia, sendo eles os cursos que mais inserem a perspectiva socioambiental através de CCs. Esse panorama foi evidenciado por Santos e Modesto (2022), ao citarem que, apesar das Diretrizes Curriculares Nacionais salientarem que a EA deve ser abordada de forma transversal e interdisciplinar, os cursos de Ciências da Natureza (Ciências Biológicas, Química e Física) e de Ciências da Terra (Geografia) são os que abordam essa dimensão de forma majoritária.

Desse modo, existe uma lacuna significativa na presença da EA nos PPCs e em CCs optativos/obrigatórios, desembocando em uma defasada formação inicial de educadores(as) no que tange ao desenvolvimento de reflexões críticas sobre a sociedade e suas implicações históricas, estruturais e culturais. Ainda, há a lacuna provocada pela falta de interdisciplinaridade em relação à EA:

Acoplar a Educação Ambiental à Interdisciplinaridade é esperar que se formem cidadãos que refletirão sobre a complexa sociedade em que vivem, sem alienação ao sistema econômico e político, tornando-se ativos e críticos nas questões ambientais, sociais, culturais, entre outros (Conrado; Silva, 2017, p. 652).

Assim, sabendo que a EA promove a criticidade e a emancipação dos indivíduos por meio de problematizações socioambientais, permitindo que os(as) alunos(as) analisem essas questões e proponham soluções aos problemas



socioambientais que considerem tanto seus contextos locais quanto o cenário global (Almeida; Andrade, 2022), cabe aos cursos de licenciatura estabelecer currículos que abordem uma EA crítica. Essa abordagem deve se fundamentar na compreensão das dimensões políticas e sociais da educação e da vida humana (Layrargues; Lima, 2014, p. 33) e ser transformadora, promovendo

[...] a transformação da realidade que, por sua vez, perpassa pelo desenvolvimento de valores como corresponsabilidade, pertencimento, solidariedade e coletividade nas diversas áreas do conhecimento [...] (Modesto; Nepomuceno, 2023, p. 9).

Ou seja, a EA crítica demanda mais do que a simples inclusão da EA acompanhada de termos que remetem às questões sociais. A sua abordagem envolve novas formas de compreender e de lidar com o mundo, individual e coletivamente, de um modo sistêmico e interrelacionado, sem que uma ou outra área do conhecimento seja tomada como repositório de conteúdos relacionados ao meio ambiente e trabalhados de forma fragmentada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) evidenciou uma lacuna significativa na inclusão da Educação Ambiental (EA) nos currículos de licenciatura, especialmente em cursos que não são tradicionalmente associados a disciplinas ambientais, como Ciências Biológicas, Química e Geografia. Essa carência compromete a formação de futuros professores(as) em uma perspectiva crítica e interdisciplinar de EA, limitando a capacidade dos educadores(as) de abordarem questões socioambientais complexas e essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e consciente.

A falta de integração da EA à maioria dos cursos de licenciatura é incongruente com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental e pela



Resolução CNE/CP nº 02/2012, que orientam a inclusão da perspectiva da EA em todas as etapas da educação formal. Essa incoerência nas instituições de ensino superior mostra a necessidade urgente de reformulação e de atualização dos PPCs. Assim, recomenda-se uma revisão curricular que incorpore a EA, como eixo interdisciplinar, aos cursos de formação de professores(as), indo além dos cursos já engajados nessa temática. Afinal, a abordagem crítica e transformadora da EA promove não apenas a sensibilização ambiental, mas também o desenvolvimento de indivíduos com capacidades reflexivas e emancipadoras, preparados para atuar de maneira ativa e crítica nas questões socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de; ANDRADE, Maria Aparecida da Silva. Convergência entre perspectivas críticas da educação científica, da educação ambiental e da educação intercultural na promoção do engajamento estudantil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 1-26, mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- ANDRADE, Daniel Fonseca; FIGUEIREDO, Tainá Figueroa; MACHADO, Aline Silva. Educação Ambiental no Ensino Superior: reflexões sobre uma disciplina a partir da produção discente. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 1–26, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i2.13309. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/13309>. Acesso em: 01 out. 2024.
- ANTUNES, Fabiana Ritter; NORONHA, Pedro Henrique Baiotto; GARCES, Solange Beatriz Billig. Os desafios da organização curricular no ensino superior a partir do contexto da modernidade líquida. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA SOBRE “O ENVOLVIMENTO ESTUDANTIL”, 10., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2019. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/cidu/assets/edicoes/2018/arquivos/158.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 de out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de abr. 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866. Acesso em: 08 fev. 2025.

CONRADO, Luana Mayra Nunes; SILVA, Victor Hugo da. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: um diálogo conceitual. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 651-665, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v6e32017651-665>. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/5586. Acesso em: 27 set. 2024.

GUIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; SILVA, Tatiane Pereira da. A questão da identidade homem-natureza e suas perspectivas a partir da Educação Ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental (ReviSea)**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 9-20, jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/11672>. Acesso em: 28 set. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan-mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2025.

LOPES, Theóffilo da Silva; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Educação Ambiental Crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as. **Revista Brasileira de**



Educação Ambiental (RevBEA), [s. l.], v. 16, p. 38-58, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11518. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11518>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MODESTO, Mônica Andrade; NEPOMUCENO, Aline Lima de Oliveira (orgs.). **Educação Ambiental de Base Comunitária: princípios e práticas**. Aracaju: Criação Editora, 2023. *E-Book* (73 p.). ISBN: 978-85-8413-375-81.

RIBEIRO, Maria Teresa; MALVESTIO, Anne Caroline. O ensino da temática ambiental nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 347–361, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11150. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11150>. Acesso em: 04 out. 2024.

ROSA, Maria Arlete; CARNIATTO, Irene; CRUZ, Rosana Aparecida. Educação Ambiental e resiliência climática: desafios contemporâneos da crise da água numa escola do campo. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [s. l.], v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerr/article/view/26480>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Marynara Costa; MODESTO, Mônica Andrade. Percepção da Educação Ambiental em currículos de licenciatura: implicações para a formação docente na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Sergipana de Educação Ambiental (ReviSea)**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1–15, 2022. DOI: 10.47401/revisea.v8i2.16629. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/16629>. Acesso em: 04 out. 2024.

SILVA, Norma Nancy Emanuelle Silverio da; TAUCEDA, Karen Cavalcanti. A ambientalização curricular no ensino superior: uma análise de 9 cursos de licenciatura em química do nordeste brasileiro. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 39, n. Especial, p. 256–276, 2022. DOI: 10.14295/remea.v39i2.13890. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13890>. Acesso em: 11 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 24**. Aprova a substituição da Resolução nº 05/00/CONEP. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 59, de 14 de dezembro de 2007**. Aprova o Projeto Pedagógico da habilitação Português-Inglês



Licenciatura (diurno) do Curso de Graduação em Letras e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2007a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 58, de 14 de dezembro de 2007**. Substitui a Resolução nº 62/2006/CONEP que aprova o Projeto Pedagógico da habilitação Português-Espanhol Licenciatura (diurno) do Curso de Graduação em Letras, e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2007b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 25, de 28 de abril de 2008**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 35**. Aprova Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Geografia – Licenciatura diurno e noturno (430 e 432) e Bacharelado (431) e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2009a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 150, de 18 de dezembro de 2009**. Aprova alteração no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Matemática habilitação Licenciatura Diurno (curso 150) e Noturno (curso 152) e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2009b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 142, de 17 de dezembro de 2010**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Música Licenciatura e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 60, de 22 de julho de 2011**. Aprova a alteração no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Geografia da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2011a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 110, de 12 de dezembro de 2011**. Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Artes Visuais - Licenciatura, Presencial e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2011b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 30, de 13 de junho de 2011**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências da Religião Licenciatura, presencial e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2011c.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 19, de 01 de março de 2011.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Educação Física, licenciatura, e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2011d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 65, de 22 de julho de 2011.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em História Licenciatura e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2011e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 68, de 24 de setembro de 2012.** Aprova as alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Filosofia - Licenciatura e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2012a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 62, de 27 de julho de 2012.** Aprova as alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras, Português Licenciatura (matutino e noturno) e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2012b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 28, de 27 de junho de 2013.** Aprova as alterações no Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Letras, Português-Francês Licenciatura (matutino e noturno) e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2013a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 29.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Inglês Licenciatura e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2013b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 30, de 27 de junho de 2013.** Aprova o Projeto Alterações no Pedagógico do Curso de Graduação em Letras Espanhol, período noturno, e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2013c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 39, de 29 de agosto de 2014.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas Licenciatura. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2014a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 99, de 14 de dezembro de 2014.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em



Dança Licenciatura–turno matutino, do Campus de Laranjeiras e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2014b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 44, de 29 de agosto de 2017.** Aprova as alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Física Licenciatura da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução n.º 22, de 19 de julho de 2019.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química Licenciatura da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2019a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução n.º 49, de 16 de dezembro de 2019.** Altera o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Ciências Biológicas Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2019b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 27, de 26 de outubro de 2020.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Química Licenciatura do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2020a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 33, de 18 de dezembro de 2020.** Altera o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Letras Libras. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2020b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 14, de 28 de maio de 2020.** Aprova as alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Teatro. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2020c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 31, de 26 de outubro de 2020.** Aprova alterações no Projeto Pedagógico do curso de graduação em Física, licenciatura, noturno, do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2020d.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 6, de 03 de fevereiro de 2021.** Altera o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONEPE nº 51, de 30 de setembro de 2022.** Aprova alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Matemática Licenciatura do Núcleo de Matemática do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho e dá outras providências. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2022.

